



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680139 - SP (2021/0219209-7)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
FELIPE AUGUSTO PERES PENTEADO - SP273113  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : DANIEL DE LIMA ALVES DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DANIEL DE LIMA ALVES DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação n. 1502668-16.2020.8.26.0535).

O paciente foi sentenciado à (fl. 53):

[...] pena de 2 (dois) anos e 8 (oito) meses de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 14 (catorze) dias-multa, calculados no mínimo legal, como incurso no artigo 155, § 4º, inciso I, c/c artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal, por ter tentado subtrair para si, mediante rompimento de obstáculo, um alicate e uma chave de fendas, avaliados em R\$30,00, pertencentes à vítima Maria dos Anjos Ribeiro de Carvalho, somente não consumando o delito por circunstâncias alheias à sua vontade.

Provida a apelação, houve readequação da sanção "para reduzir a pena que lhe foi imposta para 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto" (fl. 52).

A impetrante sustenta, preliminarmente, a atipicidade material do fato, visto a ausência de efetivo ataque ao bem jurídico, pois (fls. 6-7):

[...] o paciente foi condenado por tentar subtrair bens avaliados em R\$ 30,00, o que equivale a menos de 3% (três por cento) do salário mínimo vigente.

A ação do paciente é de reduzidíssima ofensividade, visto não ter empregado violência ou grave ameaça para praticar a subtração. Também não se vislumbra qualquer periculosidade em seu comportamento, porquanto sua conduta não poderia desencadear nenhuma lesão ou ameaça de lesão mais gravosa à sociedade. Por fim, a res foi recuperada intacta e devolvida para a vítima.

Ausentes a ofensividade e periculosidade da ação, é patente o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento do paciente, que em momento algum atentou, de forma intolerável, contra qualquer bem jurídico tido como caro pela sociedade.

Alega inadequação do regime fixado, seja em razão de fundamentação idônea para estabelecimento do mais gravoso, seja pela própria detração, que lhe garantiria o regime aberto.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem de modo a alterar o regime para aberto. No mérito, o reconhecimento de sua absolvição ou a readequação do regime inicial.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo, em especial quanto à alegação de atipicidade material do fato em razão de aplicação do princípio da insignificância.

Outrossim, registre-se que, "para a escolha do regime prisional, devem ser observadas as diretrizes dos arts. 33 e 59, ambos do Código Penal, além dos dados fáticos da conduta delitiva que, se demonstrarem a gravidade concreta do crime, poderão ser invocados pelo julgador para a imposição de regime mais gravoso do que o permitido pelo *quantum* da pena" (AgRg no HC 653.315/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 24/06/2021), o que torna sua análise durante o plantão, em princípio, inadequada.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente